

# RECORTE - REVISTA DE LINGUAGEM, CULTURA E DISCURSO

ANO 2 - NÚMERO 3 - JULHO A DEZEMBRO DE 2005

[início](#)

## COMO SE LÊ O MUNDO

Ronaldo Lima Lins  
UFRJ

ABSTRACT – This article discusses the transformations which occurred in the structure of thought and reason, in a historical perspective, from Iluminism to Post-modernity, resigning to the fiction of an absolute reason, to verify how man has constructed this reason, amidst the progress of science. the author proposes Literature as a means for reading and comprehension of the world.

*Le penseur ne serait-il qu'une creature de la pensée?  
Penser serait, alors, se laisser modeler par sa pensée;  
n'être plus que le vivant modèle auquel elle nous immole:  
notre double effrayant.*

*Edmond Jabès . Le livre du partage. <sup>1</sup>*

No século XVIII, quando os iluministas começaram a falar em *razão*, trouxeram o conceito como uma novidade; novidade de tipo semelhante à da noção de 'felicidade', tratada por Saint Just, durante a Revolução, numa sessão da Assembléia Nacional, como uma idéia nova na Europa (LINS, 1993). Eles manifestavam uma aspiração que reconhecia a falência de um certo estado de coisas e reivindicava a instalação de uma outra concepção da vida. Mas não era somente isso. Os intelectuais valiam-se de uma palavra antiga na história da humanidade, capaz de designar, contra as superstições e os mitos, um novo modelo de consciência.

Os homens, quando pensam, articulam um número considerável de informações. Articulam uma capacidade de associação que os conduz de uma etapa a outra nos sistemas de compreensão. Um indivíduo como Voltaire imaginava que se situava um degrau acima de seus contemporâneos na medida em que via distorções que os demais entendiam como normais. O fato de um espectador de uma procissão não tirar o chapéu condenava à morte, medida exagerada, mesmo considerando a visão religiosa como dominante e indiscutível. Voltaire se rebelou contra isso, escreveu ensaios, assumiu posições que o forçaram ao exílio ( Voltaire, 1989) .

O que nos diz que estava certo?

A História desempenha nisso o seu papel. As alterações na estrutura do pensar não ocorrem de maneira abrupta. Mesmo diante de uma grande reviravolta política, os hábitos de comportamento permanecem e com eles as visões do mundo antigo. Tudo isso parece hoje uma conclusão natural. Houve uma época em que, movido por uma escala de medida muito lenta, o tempo não atingia as pessoas como um furacão. A sociedade amadurecia o entendimento e resistia à mudanças, como se estas sobrecarregassem a mente de perigo. Não se notava que o pensar dispunha de uma organização na qual quase todos os redutos internos se empenhavam sem furos ou hesitações nas opções realizadas.

Na Grécia antiga, observou-se o primeiro sinal de inovação no que aqui

chamaríamos de sistema e que também poderíamos apelidar, sem medo de errar, de forma, modelo, estrutura, escolha das lentes utilizadas para nos acompanhar e acompanhar os acontecimentos.

No seu livro *Mito & política*, Jean-Pierre Vernant chama a atenção para a gênese do conceito que atualmente denominamos de *razão* (Vernant, 2002, p. 191).

Os gregos criaram uma religião sem texto, perpetuada pelos séculos através dos processos da oralidade. Definiram-se, quanto a isso, diversamente dos judeus, que se ampararam na Bíblia e se deixaram guiar por ela. Os mitos abriam espaço para uma postura de feição particular, se a comparamos à nossa, ocidental e vitoriosa, até os dias que correm, não obstante os apelos e resíduos que ficaram com um certo encanto, como se pertencessem a algo que perdemos. Sem um Deus único, eles acreditavam numa multiplicidade de forças e nas intervenções que obtinham junto a elas diante das dificuldades.

O que estamos fazendo, quando nos interrogamos sobre as origens da razão grega, quando nos perguntamos quais foram as condições sociais e psicológicas que permitiram o surgimento, em um cantinho da Ásia Menor povoado de colonos gregos, de uma nova forma de pensamento? (Vernant, 2002, p. 192)

A simples interrogação intriga. Diz respeito a um estado da alma que já não reconhece a ordem e o entendimento como confiáveis. É uma pergunta que ajuda a desvendar processos que ocupam um plano secundário, subsidiando, apenas, as ações do pensar. Vernant assinala o caráter específico da questão como elemento que nos leva a refletir sobre o lado mutável da Razão, antes escrita com maiúscula e tida como absoluta, eterna. Duvidar de sua imutabilidade, num tempo que se reconhece como lúcido, democrático, favorável à liberdade – e racional nas suas decisões – implica admitir uma reserva ou uma resistência contra o discurso estabelecido. Se nos afirmam que a atmosfera é azul e que dentro dela o governo é o melhor possível, precisamos de uma outra retórica, não menos racional, para nos defender da ideologia e dismantelar suas engrenagens.

Os gregos não fundaram costumes com base numa teologia rígida e protegida por especialistas. Há versões a respeito dos mitos originais, cada uma proporcionando alterações nas narrativas anteriores. A magia ali se achava presente. Assistido pela simpatia de um deus, o indivíduo ganhava causas, não obstante fossem, algumas, vitórias de Pirro, já que outros deuses com outras simpatias, entrando na disputa, podiam alterar o equilíbrio de forças.

A passagem de um patamar para outro, da magia para a razão, transmite a suspeita de um salto impossível.

É preciso lembrar que, no método anterior, a visão do mundo se baseava no afeto.

Um deus que se aproximava de alguém para ajudar, fazia-o por simpatia. Estávamos num período em que a fonte de informações para o exercício mental se situava na observação a olho nu, na experiência pessoal: na família, nos amigos, na cidade. Não havia o anonimato. Aceitava-se o outro como integrante do círculo. Rejeitá-lo implicava uma ofensa que feria os princípios do relacionamento. Saía-se da simpatia para a antipatia, o que significa um idêntico comportamento na cadeia mental.

Até hoje, numa sociedade adepta da isenção, não só nos seus conflitos como nas oportunidades que disponibiliza, mostra-se difícil, às vezes impossível, separar os afetos das atitudes. Via-se a afetividade como participante do conhecimento em si, peça que contribuía para a sua construção e seu avanço.

Nada se alterou durante muito tempo. No campo científico, interpretavam-se as descobertas como um fenômeno no qual não se desligava a participação da subjetividade. Supunha-se que os materiais, com afinidades e incompatibilidades, não se associavam ou dissociavam por si mesmos, nas combinações químicas. Influências atuavam para fazê-los seguir para um lado ou para outro. Recordemos o caso de Fausto, de como encarava a metafísica e das suas experiências.

É verdade que os gregos desenvolveram a matemática, uma abstração que ultrapassava o real e o indivíduo, colocando-se como uma área de resultados confiáveis. O impacto de seus cálculos sempre exatos criou um novo tipo de noção, como se, abaixo da superfície, existisse outra natureza que teríamos de atingir se desejássemos prosseguir na decifração dos códigos.

Não espanta, portanto, que o critério da razão aparecesse num povo que idealizara a gênese da humanidade dentro do espectro afetivo, já que o mesmo se exercitou igualmente na matemática e contribuiu para sua evolução. A dança dos números apresentava a vantagem da imparcialidade. A razão não se desdobrou desse encontro inesperado, não transplantou o pensamento de repente de um âmbito para outro. A racionalidade surgiu na filosofia e encontrou em seu terreno modos de interferir nos problemas e esclarecê-los.

Sem uma teologia codificada, sem um texto que organizasse e definisse o caráter das versões, o pensamento adquiriu poderes para se firmar e buscar nos seus limites os recursos de que precisava. A metafísica e a categoria de Deus se oferecem como um exercício do pensar, mas não do pensar como a modernidade o desenvolveu, na condição de um tipo inteiramente laico de ação. Uma vez descoberto, o método despertou paixões. Não é a toa que, movidos pela necessidade de romper barreiras, os filósofos chegaram ao extremo: sonharam com o projeto de atingir Deus pela razão, empreendimento de Kant que, como sabemos, fracassou.

De uma teologia, ou ao menos de uma metafísica da Razão, passamos para algo completamente diferente: uma história das formas do pensamento racional em sua diversidade, suas variações, suas transformações mais ou menos profundas. O que o historiador chama de razão são modos definidos de pensamento, disciplinas intelectuais, técnicas mentais próprias a campos particulares da experiência e do saber. ( Vernant , 2002, p. 192)

Dirão que o salto provinha da complexidade dos problemas com o aumento da densidade populacional e o surgimento de fatores suprapessoais. Mais tarde inventaremos a estatística. Naquele instante, um administrador envolvido com questões numericamente importantes não tinha como interromper as suas atividades e, numa pesquisa de campo, separar quem era quem. Contudo, não houve uma repetição universal dessa característica. As nações continuavam se sustentando a partir de tradições, o que implicava em compreendê-las e, para isso, precisava-se recorrer aos mitos.

O capitalismo, girando a roda das perdas e ganhos, exige uma ótica própria para o fluxo das transações. O que atrapalha ou prende os homens a formas mágicas de conduta e escapa ao controle, não suporta as pressões do lucro. Como programa de organização, a simplicidade é extrema. Tudo deve ser previsível e exato, como no uso de uma aritmética infantil na qual causa e efeito se conjugam, indissolúvelmente, e apresentam resultados.

Os iluministas não se equivocaram nesse ponto. Pensavam que, se fugíssemos do infinito na rede de conexões humanas (imponderáveis), aprimorando uma lógica analítica, terminaríamos proporcionando à

comunidade recursos eficazes para geri-la. O modelo matemático se afirmou a ponto de sufocar a tradição e condená-la. O pensamento humano necessita de quadros completos para orientar-se; sem saber de onde veio ou para onde vai, confunde-se e perde o norte como um náufrago no meio do oceano. Tais quadros, uma vez consagrados, representam a verdade. São primícias, enunciados, postulados do teorema da existência. As provas dependem da experiência; às vezes, de séculos. Alguma coisa faz com que as visões, como os seres que vêm ao mundo, nasçam, tornem-se adultas e depois pereçam para dar lugar a outras.

Convém entender este funcionamento se desejamos esclarecer o estado de hipnose, digamos assim, que se instala, ocasionalmente, frente a uma atualidade terrível em certos aspectos, mas considerada inevitável. As diferenças de modelo entre os mitos e a razão não nos sugerem extrema complexidade porque temos os primeiros como resíduos quase folclóricos nas suas possibilidades. Atraem pelo exotismo. Nem sempre nos damos conta, por outro lado, de que repetimos clichês. A mente depende de estruturas. Na falta de uma, volta-se para outra. Claro que, na modernidade, a base das nossas telas mentais obedece ao conceito de razão. Podem, contudo, variar. Sistemas filosóficos se consagraram pelo bom acabamento com que se apresentavam à psicologia individual. Hegel, apesar dos vínculos com a ordem teológica, criou um desenho verbal que prosperou, imperou e se infiltrou nas novas interpretações do século XIX. Aproveitando porções do seu sistema, Marx que, ainda por cima, na condição de jornalista, sabia esgrimir a escrita, superpôs o marxismo sobre a dialética hegeliana e deu continuidade a ela nas reconstruções que aperfeiçoou. Era a moldura original e era outra. Valia-se da confiabilidade do antecessor e do ambiente intelectual propício para reformulá-lo e dar-lhe uma cara revolucionária. Causou tanto impacto que perdurou por cerca de 150 anos e perdura ainda, já que não o substituiu uma visão alternativa convincente, não obstante as reviravoltas do período. As teorias científicas obedecem a parâmetros idênticos. Hipóteses estruturadas explicam a natureza com versões críveis enquanto se sustentam, até que submergem pela força de outras, mais novas e bem fundamentadas.

Na medida em que uma ciência progride, o equilíbrio entre todos os níveis de seu edifício, desde o objeto dessa ciência até os princípios diretores da disciplina, encontra-se ameaçado ou comprometido. Quando os progressos são muito importantes, que um novo campo do real se revela, todo o sistema deve ser reestruturado. Pode-se dizer imediatamente que nos colocamos em uma perspectiva histórica e que renunciamos à ficção de uma Razão absoluta para examinar como o homem efetivamente construiu sua razão, em meio aos progressos das diversas ciências ( Vernant , 2002, p. 193).

A energia da proposta deve ser grande o bastante a ponto de sufocar e excluir a anterior. A isso se denominou, no século XX, de *ideologia*. Na ciência, na filosofia, na política, bem como nas formas de definição da realidade, convém que as interpretações venham completas, como se fabricadas e provadas em laboratórios. As áreas frágeis se submetem a um borbardeio crítico que demonstra a falácia ou a veracidade das idéias, o que, com a repetição, pode desgastar a rede de proteção construída como uma fortaleza, quebrando o couro que o tempo transformou em rigidez. Este é um motivo pelo qual, sentindo a insegurança conceitual como uma prisão – e não como libertação – houve quem defendesse um “conceito aberto” (Adorno). Sabia-se que as verdades despencavam de uma ora para outra como frutos que caem da árvore. Dizia Hegel que o pensamento devia pensar a si mesmo, além de pensar nas coisas e na realidade do mundo. A crítica, invenção kantiana que agora se elevava à condição de bússola, tornava-se, portanto, fundamental.

Como escapar do vício das armadilhas que se constroem para fechar-se e assumir a construção de outras?

O pensamento não se elabora com base no nada. O vôo deve decolar de um chão. Argumentos nascem de argumentos. Por isso, na filosofia, as reflexões se armam como diálogos, entre concordâncias e discordâncias.

O problema é que o círculo quase sempre se completa, se congela e prende o pensador. Ele perde a liberdade com que um dia se lançara, carregado de esperanças e expectativas de emancipação. Termina por fixar-se em tentativas que só mudariam os resultados desmentindo-o e que por isso acabam sendo rejeitadas.

Entre as tendências do pensamento laico, uma se consolidou como uma verdade consagrada, válida por si mesma. A beleza que até o século XVIII aninhava-se na arte e a definia, apesar de depois recusada, tinha de encontrar refúgio. Não surpreende que o pensamento constituísse, entre outros, um local de asilo. Foi uma armadilha que se abriu e que fechou sem avisar, prendeu o pensador pelo pé. Este atinge um ponto às vezes em que se desliga de suas motivações e cai em êxtase no jogo verbal, como outrora, na fase do misticismo, na oração, na “presença” de Deus, os fiéis viviam a paixão e tinham visões. O que significa isso, senão um tipo de estrutura que, no espaço mental, termina por ocupá-lo? Para escapar da magia, a saída está em retirar-se, separar os dentes da armadilha, fazer-se estranho e recomeçar com isenção.

Conhece-se o valor do estranhamento para odespertar da consciência. Brecht salientou sua importância quando pregou o teatro dialético. Tinha em vista o potencial revolucionário da classe operária, contingente amortecido pelos hábitos e preconceitos. Rompê-los exigia o uso de uma técnica capaz de permitir que o olhar surgisse com a crítica. Esta é a razão pela qual os filósofos não costumam concordar entre si, cada um emparedado na rede que lançou na pescaria da verdade. Lembro que Locke não se encontrou com Leibniz, por mais que este insistisse, para discutir tópicos de sua obra. O debate na área, quando se organiza, insiste nos impasses e os impasses separam as diferenças individuais por origem. 8. É uma estratégia que visa a empurrar os participantes até os limites da filosofia – e fazê-los ultrapassá-los – obedecendo aos princípios da discussão democrática e da busca por consenso.

Somente a intervenção de um estranho proporciona os meios para o rompimento da barreira consolidada.

Como nos encontramos numa fase de mudanças bruscas e rápidas, é natural que a formulação conceitual, logo ela que se afeiçoou às regras do amadurecimento antes da sua defesa, não disponha de recursos para avançar com velocidade em direção a hipóteses convincentes. Além disso, os mecanismos de manipulação deixam qualquer um desprovido dos instrumentos de análise ao mesmo tempo em que criam a ilusão de que nada pode ser visto como anômalo. A prisão de um vizinho, um burguês que nunca fizera mal a ninguém, no regime nazista, na medida em que deixou de causar escândalo, proporcionou o acirramento e a radicalização de medidas cruéis, sem que o público protestasse. Ali se vivia a tirania. Contudo, passada fase das grandes ditaduras, a suposta liberdade não se afirmou. Os veículos de comunicação atiram informações que soterram notícias de acidentes ou incidentes graves sem que se possa parar para avaliá-los.

Qual é, então, o papel da literatura?

Ela vem preencher um vazio que a filosofia deixa em aberto. Em primeiro lugar, trabalha com as situações vividas. Pouco lhe importa que a inteligência não haja chegado a aprimorar as interpretações. Estas podem estar embutidas no interior das circunstâncias. Não quer dizer que o autor, como se escrevesse uma tese, se defina a priori diante de seu material. Teses não combinam com os

refinamentos da criação artística, apesar dos esforços vividos, sobretudo, durante e depois da 2ª Grande Guerra em favor do engajamento e do que podia acarretar no front da resistência. Quando existe e se sustenta, a tese se desdobra da conjuntura, é uma ação que gera uma ação no encadeamento do enredo. Somente assim, apesar da inclinação da crítica contra ela, eleva-se nos planos da arte e se separa do panfleto ou do discurso político. Mesmo Sartre que era um filósofo, além de autor de teatro, contista, romancista e ensaísta, no balanço que faz da sua obra, reconhece o papel superior da literatura, considerando-se, mais de que um nome da filosofia, um dramaturgo e um ficcionista ( Beauvoir , 1981). A filosofia lhe servia para a literatura – e não o inverso. Cada vez que recorria a ela, impeliam-no problemas na esfera da ficção. O escritor é, antes de tudo, um estranho, alguém que não se mistura aos fatos para desaparecer neles. Precisa colocar-se como um observador que não abandona o seu patamar e que se mantém imune a conclusões precipitadas. Graças a isso, avança.

Hoje o papel da consciência se apresenta como um quebra-cabeça. O ambiente globalizado, multiplicando as formas de sedução, pelo conforto das comunicações imediatas, cria um véu de lucidez. É certo que, a despeito da carga de propaganda, a velocidade dos fatos desmente às vezes as versões oficiais e estabelece divergências entre o que a opinião quer e o que se quer da opinião. A Guerra do Iraque perdeu com enorme rapidez o aspecto de uma represália justa, fixando-se na mente da população planetária como política expansionista. Ao contrário da Guerra do Golfo, quando a tragédia se traduziu num espetáculo televisivo, logo se notou que se estava diante de um conflito de longo prazo, no qual morreriam muitos iraquianos inocentes, mas também os soldados de ocupação. A balança do poderio militar serviu para acelerar a “vitória” contra Sadain Hussein e se revelou insuficiente para emudecer a resistência. A propaganda desmoralizou-se com a verificação da ausência de armamentos de destruição em massa e da fragilidade do um país que, afinal, não ameaçava ninguém, enfraquecido por anos de bloqueio econômico. A reviravolta, de favorável para contra os Estados Unidos, não tardou. Repercutiu lenta e insuficientemente na política interna e no governo Bush, que se reelegeu para um segundo mandato. Mesmo assim, a insatisfação ficou. A medida de tempo representa um embaraço para uma tomada de posição. A sensibilidade capta a verdade antes da inteligência, precisando dela, em seguida, sem dúvida, para a compreensão.

Um modelo de consciência consistiria numa estrutura de andaimes que pudessem responder às inquietações sem deixá-las à mercê das oscilações e das hesitações. Quando se acreditava em Deus, o terreno das dúvidas limitava-se a uma parcela desprezível, nada que ameaçasse a visão dominante. Tinha-se medo, é verdade, de opinar. Deus solucionava tudo e reconfortava a todos. Não havia muitas alternativas. Mais tarde, o que fazer e como nos salvar implicou em dois tipos de opção: direita e esquerda. Ou se estava a favor do capitalismo ou se pretendia o socialismo. As instâncias intermediárias, mais ou menos socialista ou mais ou menos capitalista (nas diversas colorações), não funcionavam, em virtude do radicalismo dos ânimos. Davam a impressão de adiar em vez de resolver o futuro.

A pós-modernidade se caracteriza pelo elogio da multiplicidade. É interessante situar o presente sob semelhante ângulo pelas contradições que evoca, uma vez que, do ponto de vista do poder, enveredou-se pela receita do mundo unipolar, com pequenos bolsões de resíduos do passado nas suas escolhas. É sob a regência da uniformidade que os modelos de consciência se fragmentaram. Podíamos citar Zygmunt Bauman e dizer que, numa sociedade de valores (ou amores) líquidos, não há como defender alicerces, construções completas, fortalezas pessoais.

A unidade da espécie humana postulada por Kant pode ser, como ele sugeria, compatível com a intenção da Natureza, mas certamente não parece algo “historicamente determinado”. O continuado descontrolo da rede já global de dependência mútua e de “vulnerabilidade reciprocamente assegurada” decerto não aumenta a chance de se alcançar tal unidade. Isso só significa, contudo, que em nenhuma outra época a intensa busca por uma humanidade comum, assim como a prática que segue tal pressuposto, foi tão urgente e imperativa como agora. ( Bauman , 2004, p. 182)

Trata-se de um desafio decisivo, de um teorema que nos é imprescindível resolver.

Bauman se alinha entre os pensadores. Seu objeto de estudo e de reflexão parte do comportamento humano e da capacidade que desenvolvemos de nos desembaraçar das dificuldades. Como não existem regras fáceis para o seu objeto de análise, só lhe restam as indagações à espera de que alguém possa respondê-las. A gravidade dos problemas traz uma sensação de urgência. Para extrair pistas e saídas, cumpre ampliar o roteiro da busca e verificar tipos insuspeitados de testemunho. A literatura possui instrumentos de precisão sofisticados e disfarçados, graças a uma sensibilidade que trabalha à flor da pele. Entra diretamente nesse espaço e se insinua como uma forma de repercussão imediata. Descreve situações e pesquisa elementos com os quais, se não completamos, preenchemos peças do quebra-cabeça.

A complexidade dos problemas não sofisticou os modos de tratá-los. A modernidade procurou simplificar os métodos de organização. Embora defendendo a democracia, é fato que o perigo de uma eleição levar a palácio a irresponsabilidade ou a aventura diminui em função de tecnologias que “esclarecem” e “orientam”. Tudo se baseia em dinheiro e na docilidade das mentes. A continuidade das decepções, além disso, gerou um clima de desinteresse que afeta a crítica e o clamor em favor de uma virada de mesa. De vez em quando, como na Espanha depois do atentado de Madri, por causa da presença de tropas no Iraque, a manifestação pública se levanta e se mostra impossível fazer frente a ela. Mas, no caso de Madri, estávamos numa situação de crise. Na maioria das vezes, prevalece a vontade de não participar.

A pequena importância dada ao indivíduo e às suas angústias determinou a aparecimento de uma anomalia na qual a pessoa só se interessa pelos ganhos materiais. A ilusão da riqueza foi uma das molas na engrenagem da derrubada dos antigos estados socialistas. As prateleiras vazias e a impossibilidade de entrar numa economia de consumo inviabilizaram o princípio da centralização do poder e dos investimentos públicos. A população imaginou que, mudando de regime, como num passe de mágica, qualquer um poderia comprar qualquer coisa. Esqueceu-se de que as vitrines oferecem espetáculos ao olhar, mas não mercadorias, estas destinadas aos que dispõem do poder aquisitivo.

O mesmo cidadão que pretende ingressar nos confortos de infra-estrutura da vida moderna, alvo de uma programação na qual só entra como coadjuvante, aceita a posição subalterna em que o colocam, dizendo sim até para escolhas trágicas ou para as asperezas que lhe empurram goela abaixo.

Depois da crise das utopias, pela falta de perspectivas com relação a propostas; pela venda da democracia representativa como a solução plausível, fortaleceu-se um sistema em que o leitor, convocado no período eleitoral, deve em seguida, intelectual e afetivamente, desarmar-se das atitudes contestatárias. Na hora de pôr a cédula na urna, convém que coincida com as escolhas antecipadas por um centro de poder. Saramago brinca com a falácia do pleito

num de seus romances.

Resulta do método e da repetição do seu emprego a consequência de um estado de indiferença, fruto envenenado de um país, às vezes de vastas dimensões, dirigido sem o aval sincero da população.

A indiferença se embrenha na alma, repercute nos relacionamentos. A violência e a brutalidade não despertam da letargia. Um hábito privado se faz, assim, comunitário. Vivê-lo traria sofrimentos insuportáveis, não fossem os dispositivos tecnológicos que amparam a solidão e alimentam uma vontade de independência e a hipótese de desligamento do mundo. Nunca nos encontramos, não obstante, totalmente desligados. Agimos pela metade, pensamos pela metade. O instinto de defesa promove a instituição da agressividade e seu corolário: a insensibilidade.

Embora tão despreparada quanto a filosofia para viver a pressa das reformulações, a literatura reúne ambas as parcelas deste produto do nosso desempenho: a agressividade e a insensibilidade. É como nos oferece o seu testemunho. A opinião culta o consagra, destacando, quer a criatividade do estilo, quer a sabedoria da exposição e sua veracidade. Quase sempre vivemos a solidão, em alguns casos em tal volume que dói na consciência como se houvéssemos caído numa prisão de segurança máxima.

Um exemplo: *Luxúria*, de Elfried Jelinek (2004), a romancista austríaca que ganhou o Prêmio Nobel de 2004.

Ali se vê um casal de gente bem sucedida, cujos recursos provêm de uma fábrica de papel. Com o filho pequeno, os dois desfrutam de um estrato superior ao dos demais. O dinheiro e a boa saúde não bastam, entretanto, para constituir felicidade. O interesse sexual do marido (inesgotável), desperta na mulher um imenso sentimento de opressão. Ela tenta diversificar com um jovem da região. É como se a atividade sexual representasse, em algum ponto do psiquismo humano, o único motivo de existir. Não adianta. O fracasso é o fracasso, nada pode redimi-lo. No final, aproveita o sono do filho, em cujo suco o pai acrescentara uns comprimidos, para dispor de maior liberdade para o sexo, e o sufoca com um saco plástico. A obra termina com a mãe atirando o menino nas águas do lago, menino que já era, para falar cruamente, a projeção do marido em tamanho pequeno.

A gratuidade do crime, exposto como uma chaga, não se sustenta somente sobre o princípio da perversão, por mais que este domine o enredo. Saliente-se que a engrenagem não deixa de andar por causa disso. Gerti (na maior parte do tempo chamada de Mulher) não ultrapassa a condição de objeto. É o que acontece com todos os personagens, mesmo com o homem, satisfeito, no entanto, com o seu lugar de “mestre-e-senhor”. Não há como manter o interesse pela vida.

Cada cultura de cada época possui um fundamento. Não é algo que se ofereça como um presente aos descendentes. A dinâmica da existência faz com que nos tornemos cegos não consigamos distingui-lo. Compete aos críticos o trabalho de decifração quase arqueológico capaz de revelar as cidades soterradas por toneladas de poeira no mundo das idéias e trazê-las para a exterioridade. E, mesmo assim, quando se chega a uma interpretação, ela vem com prazo de validade. Termina por esgotar-se. Marx assinalou o papel da luta de classes e da economia, a caça ao lucro como a essência do seu tempo. A simplificação do diagnóstico, em meio aos protestos, consagrou-se como uma verdade de longa duração. Despencou como uma avalanche sobre os círculos do poder e os tornou mais frágeis; na melhor das hipóteses, diminuiu a arrogância. Mas atualmente não se lê mais o mundo da mesma maneira. A ênfase na economia não se reduziu. Aumentou. Ao mesmo tempo, como se uma rede houvesse caído sobre a humanidade, a quantidade de nós e seus

intervalos transmitem uma sensação de diversidade, como se lidássemos com quantidades que se elevam acima da nossa capacidade de absorção. O que o olhar enxerga desmente a expressão do conjunto – e vice-versa.

Fazer do dinheiro um fundamento soa como uma impropriedade. Antes de transformá-lo em alma, tivemos de construir uma história. Afinal, nós é que fazemos ou não fazemos dele um sentido. Como em quase todas as manifestações da vontade (a terra, a água e o ar que respiramos, além do prazer, tudo possui um custo), é natural que nos confundamos, dando-lhe excessivo ou insuficiente espaço. Dispor de riqueza traz prestígio. Coincide com os nossos interesses, ainda que se choquem com os dos outros. O egoísmo e o altruísmo mexem com a balança dos desejos. Já vimos como, motivados por princípios da religião, a caridade representou um ideal e se difundiu como um sinal de superioridade. A caridade saiu de circulação, tida como prejudicial na medida em que não estimula o trabalho e desprestigia a concorrência. Convencemo-nos de que o outro, aquele a quem a desgraça rompeu com os valores e impôs à miséria, é digno do seu destino. Mereceu-o como se não houvesse entendido o modo de agir que lhe seria conveniente. Vai se somar aos depósitos de descartáveis do lixo industrial. Não o executam porque a medida feriria o que nos resta de humanidade e ameaçaria desmascarar a hipocrisia que convém manter.

Vagamos entre uma coisa e outra, entre a generalidade e a especificidade, como se estivéssemos num caso de polifonia dodecafônica no qual as vozes, em vez de concordar, se contrariam. Descobrir os fundamentos da cultura, no entanto, coincide com os nossos interesses. A dificuldade está no fato de que, nos novos modelos de consciência, não incomoda, verdadeiramente, que o ignoremos. Estes modelos se costuram como um patchwork, uma colcha montada em cima de emendas e retalhos. Por isso, temos de recorrer à literatura. Nela dispomos de um lugar onde se encontram, declaradamente ou não, expostas ou sugeridas, as feridas que sangram. Por outro lado, como confiar na literatura, gênero cada vez menos valorizado, em função dos poucos lucros que arrecada, para semelhante tarefa? Se, com ou sem sucesso, permanece à margem, é cabível supor que contém um fundamento?

Não é apenas o egoísmo que se antepõe ao altruísmo, difundindo a opção pela injustiça e o salve-se quem puder. O produto de consumo e sua magia condenam as disposições espirituais. O fundamento principal da nossa cultura se situaria, então, no centro de uma encruzilhada, na contradição que, por ser contradição, impossibilita, na fonte, segundo a lógica aristotélica, a tarefa de interpretação. É por onde, uma vez mais, temos de pensar na sensibilidade como inteligência, atrás dos mapas de saída.

## NOTAS

1 “ O pensador não seria apenas uma criatura do pensamento? O pensar seria, então, deixar-se modelar pelo pensamento. Ser apenas o modelo vivo ao qual ele nos imola: nosso *duplo assustador* .” (JABES, 1987, p. 93, versão nossa) 2 Vide a chamada querela alemã das ciências sociais, a polêmica entre Adorno e seus adeptos contra Popper e os dele. Cf. *De Vienne a Franfort, la querelle allemande des sciences sociales* . Trad. C. Bastyns et alli. Bruxelas : Editions Complexe, 1970.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Bauman, Zygmunt. *Amor líquido*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de

Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

Beauvoir, Simone. “Entretiens avec Jean-Paul Sartre août-septembre 1974”. In: *La cérémonie des adieux*. Paris: Folio, 1981.

Jabès, Edmond. *Le livre du partage*. Paris: Gallimard, 1987.

Jelinek, Eldried. *Lust*. Trad. Michael Hulse. Londres: Serpent's Tail, 2004.

Lins, Ronaldo Lima. *Nossa amiga feroz, breve história da 'felicidade' na expressão contemporânea*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

Vernant, Jean-Pierre. “Razão de ontem e de hoje”. In: *Mito & política*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo : Edusp, 2002.

Voltaire. *Traité sur la tolérance*. Paris : Flammarion/GF, 1989.